EDITORIAL

“Apesar de você amanhã há de ser um outro dia....”

(Chico Buarque de Holanda)

O leitor tem diante de si mais um novo número de INTERAÇÕES – Cultura e Comunidade, que traz para leitura e reflexão um dossiê temático intitulado “Golpe civil-militar de 1964 e as religiões no Brasil”. Há 50 anos a sociedade brasileira experimentava um momento excepcional de agitação política e ideológica. Nuvens escuras que se acumulavam no horizonte desde o suicídio de Getúlio Vargas (1954) despejaram toda a sua força sobre o País. No dia 31 de março de 1964 as tropas começaram a sair dos quartéis e foram tomando conta das ruas, dos palácios e todos os espaços públicos. No dia seguinte, 1º de abril, o golpe foi dado. Mas, quem iria acreditar num golpe que se efetivou no dia consagrado à mentira e ao engano? Os militares, a partir de então, ocuparam o cenário, e assumiram o controle das instituições políticas, permanecendo encastelados no controle dos mecanismos de Estado nos 21 anos seguintes.

Porém, não foi ele, unicamente, um golpe ou uma ditadura militar. Para a derrubada do governo constitucional de João Goulart (1961-1964), e para o êxito dessa movimentação de tropas, foi fundamental o engajamento de uma significativa parcela da sociedade civil. Durante o ano de 1963 e no primeiro de trimestre de 1964, foi notável a força ideológica da imprensa, a oposição ao governo no Congresso Nacional, o financiamento da oposição política e ideológica por empresários nacionais e pelo governo norte-americano, pesando, naqueles meses, as manifestações de autoridades religiosas católicas e protestantes.

Assim, estimuladas por interesses internos e externos, especialmente pelo “generoso irmão do norte” (EUA) que financiava a Guerra Fria, centenas de milhares de pessoas foram às ruas, praticamente pedindo a intervenção militar. Uma parte dessa mobilização se expressou por meio de uma linguagem religiosa católica e protestante, nas “marchas da família com Deus pela liberdade”. Milhares de templos evangélicos brasileiros abriram as suas portas, das seis da manhã às nove da noite, no dia 15 de novembro de 1963, para um dia nacional de oração e jejum, pedindo a Deus uma intervenção milagrosa que salvasse o Brasil do comunismo. Crentes que Deus os atendeu, uma nova convocação reabriu os templos em 21 de abril de 1964 para um dia de gratidão.

Havia, portanto, uma nítida divisão da sociedade brasileira. Grupos com projetos políticos e nacionalistas de esquerda eram tidos e temidos por supostos planos de tomada do poder, no qual já estariam enquistados alguns “notórios” comunistas. Do outro lado estavam os “democratas”, os que se alinhavam aos interesses econômicos e políticos orquestrados a partir de Washington. Os temores das camadas médias da população, que há pouco tinham adquirido os primeiros fuscas montados no País, ou construído as suas casas próprias, eram realimentados pela propaganda que o comunismo instalado na Rússia desde 1917, e em Cuba desde 1959, estava a um passo de assumir poder total entre nós. Com a implantação desse regime político, todas as liberdades, inclusive o sagrado direito à propriedade privada e, para os protestantes, a liberdade de culto, tudo enfim, iria por água abaixo.

Foi sobre esse medo do comunismo que os militares trabalharam com habilidade para desencadear uma contra-revolução, recebida festivamente pelo povo nas ruas nos dias seguintes, quando a “revolução” recebeu títulos como “libertadora”, “redentora” e “democrática.” Os políticos que sempre estiveram no poder também desfilavam irmanados com o “povo de farda”. Iniciava dessa forma um governo autoritário, que apresentou várias fases nas duas décadas posteriores, umas mais ditatoriais do que outras, todas, porém, de nítida vocação fascista. Logo em seguida vieram as cassações de mandatos políticos por motivação ideológica; a prisão e exílio dos inimigos do regime; a censura à imprensa, às artes e ao livre pensar; o uso da tortura e, numa escala menor, o assassinato de pessoas apanhadas pelas redes da repressão. O País experimentou durante 21 anos a convivência com “os órfãos e as viúvas do quem sabe e do talvez”.

Mas, nesse período, que retóricas e práticas foram articuladas pelas igrejas cristãs brasileiras? Bem, isso depende dos diferentes momentos da ditadura civil-militar e dos interesses das hierarquias religiosas. Por exemplo, quando da derrubada do governo constitucional e a sua substituição por um governo de exceção, todos os cristãos, indistintamente, aplaudiram, oraram e rezaram pelo sucesso do projeto militar elaborado de acordo com a ideologia da segurança nacional. Passados os primeiros anos os militares foram se agarrando ao poder, erigindo essa ideologia como fundamento legitimador de seus projetos de salvação nacional. Todavia, com o crescente desrespeito aos direitos humanos, o regime começou a perder o apoio de uma boa parte da hierarquia da Igreja Católica e de um pequeno número de protestantes, a maioria formada por jovens idealistas. Aliás, muitos fiéis das igrejas protestantes foram atraídos para

fazer parte da máquina burocrática do Estado militarizado. Por sua vez, os políticos evangélicos não perderam a oportunidade para apoiar e defender com unhas e dentes os que mandavam no País. Poucos foram os que, em nome da liberdade, dos direitos humanos, ou por causa de um ideal alternativo de uma sociedade politicamente organizada, resistiram, e alguns chegaram até a lançar mão de armas para resistir aos poderes por eles considerados “poderes do mal”.

Os artigos reunidos neste Dossiê tomam como objeto de investigação alguns pedaços de uma realidade mais ampla. Procuram se aprofundar nessas realidades reconstruídas, e fazem isso, não somente como uma tarefa necessária de “trazer à memória” para se evitar o esquecimento, mas, também, para relembrar que as igrejas cristãs não foram nem mais nem menos apoiadoras ou resistentes à ditadura militar do que outros setores da sociedade civil brasileira. Nesse sentido, a culpa não deve ser lançada somente às forças armadas que assumiram a tarefa de “eliminar o inimigo”. Além delas estão as igrejas cristãs que “pecaram por omissão”, apoiando a ditadura, oferecendo a ela o respaldo ideológico, usando-se para isso textos bíblicos, interpretados por uma hermenêutica apropriada para tais ocasiões, que recomendam a “obediência”, o “respeito” e as “preces” pelas autoridades “constituídas” por Deus.

Desejamos a todos e todas, que neste cinquentenário dos idos de 1964 façam uma reflexão séria e profunda sobre o papel das igrejas cristãs frente aos poderes políticos e ao Estado, que como sempre, sedentos de poder e de impostos, acumulam recursos em mãos de políticos e administradores nem sempre sérios e escrupulosos no uso das “coisas públicas”, isto é, da *res-publica*. Cremos que, somente assim as igrejas estarão colaborando para o aperfeiçoamento de nossa frágil democracia e a concretização do slogan “ditadura nunca mais”.

Leonildo Silveira Campos

*Professor doutor da Universidade Metodista de São Paulo – Umesp.
Pesquisador da Comissão Nacional da Verdade.
GT – Igrejas cristãs e ditadura (2012-2014).
E-mail: leocamps@uol.com.br*